

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Chagas, Manuel Joaquim Pinheiro (Lisboa, 1842 – Lisboa, 1895)

Pinheiro Chagas é um bom exemplo de divulgador histórico e intelectual oitocentista, que cultivou múltiplos géneros, da história ao romance, passando pelo drama, a crónica jornalística e o folhetim. Filho de um major do exército que tinha participado nas guerras liberais e chegara a ser secretário do rei D. Pedro V, Joaquim Pinheiro das Chagas, começou por seguir as pisadas do pai. Frequentou o Colégio Militar, a Escola do Exército e a Escola Politécnica. Adquiriu treino como jornalista n' *A Revolução de Setembro*, de Rodrigues Sampaio, colaborando depois em numerosos outros órgãos de imprensa, onde escreveu folhetins, praticou crítica literária e artística e comentário político. Militar, nunca exerceu todavia essas funções, ficando-se pela patente de capitão.

Foi director de vários periódicos de Lisboa. Muito prestigiado e lido em meios políticos, literários e académicos - veja-se o número significativo de reedições que algumas das suas obras alcançaram -, Chagas tinha também os seus críticos, entre eles alguns dos mais destacados intelectuais e artistas do seu tempo, da chamada Geração de 70: Antero de Quental, Eça de Queiroz e Oliveira Martins. Chagas foi muito venerado enquanto vivo, para depois cair rapidamente no esquecimento. E, no entanto, a memória do autor d' *A Morgadinha de Valflor* permanece hoje episodicamente viva.

Um das suas primeiras publicações foi um poema lírico e nacionalista, o *Poema da Mocidade* (com posfácio de Castilho), que serviu de pretexto para a polémica do Bom Senso e do Bom Gosto (1865-66). Protegido pelo poeta António Feliciano de Castilho, expoente do romantismo oficial de uma elite lisboeta, Pinheiro Chagas resistiu às novidades literárias do seu tempo – caso das *Odes Modernas* (1865) de Antero de Quental – criticando o estilo e sobretudo a atitude independente e irreverente deste poeta em defesa da autonomia do escritor. Não surpreende pois que tenha criticado frontalmente as Conferências do Casino dinamizadas por Antero (1871), o socialismo, o realismo em arte.

Pinheiro Chagas deixou uma obra extensa, variada e representativa de uma tendência cultural e política do seu tempo, num mundo que Eça de Queiroz qualificou de “oficial, constitucional, burguês, doutrinário e grave” (*Uma campanha alegre*, s.d., p.11). Exemplo dos seus dotes de romântico tardio é a *Morgadinha de Valflor* (1869), um drama em cinco actos representado durante largos anos e traduzido em várias línguas, história de um amor contrariado entre uma jovem aristocrata (a Morgadinha) e um pintor plebeu e republicano, que acaba com a morte deste último; ou *O drama do povo* (1876), cuja acção se desenrola no tempo da ocupação francesa, a fuga da família real para o Brasil. Esta narrativa valeria ao seu autor a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

acusação de ser guerrilheiro e “petroleiro” (isto é comunista). Registe-se contudo a frontalidade com que se confrontou com os seus adversários, nas várias polémicas em que se envolveu. Por exemplo, no folheto que publicou em Novembro de 1865 no *Jornal do Comércio*, em que criticava duramente a “escola de Coimbra” e a posição de Antero de Quental, não escondia que o motivo da sua intervenção nada tinha de literário, era “simplesmente o despeito” que lhe causava “a independência que não vem enfileirar-se nas nossas falanges, nem jurar fidelidade aos nossos generais” - referia-se ao seu mestre Castilho (in Alberto Ferreira, *Bom Senso e Bom Gosto...vol.I*, p.94).

Foi professor no Curso Superior de Letras fugazmente (de Janeiro a Outubro de 1883), para logo assumir funções como ministro da Marinha no último governo de Fontes Pereira de Melo. Retomou a sua actividade intermitente de professor em 1886 (o governo de Fontes caiu em Fevereiro desse ano). Interromperia de novo a função docente em Abril de 1887, sendo então substituído por Ferreira Deusdado. Não se conhece o seu programa de Literatura Grega e Latina. O perfil de Pinheiro Chagas não se afasta muito da maioria dos seus colegas professores nesta instituição: frequentara o ensino superior, sem todavia concluir o curso da Politécnica; estreou-se na sua efémera profissão de professor aos 40 anos (a maioria relativa dos seus colegas fê-lo entre os 31 e 40 anos); desempenhou o cargo de deputado antes de ser professor (tal como outros 2 colegas seus) e a actividade de jornalista. Provinha de um meio social de classe média urbana.

Já entre a elite política, como liberal conservador Chagas foi, durante mais de vinte anos, uma presença muito activa no espaço público. Foi pela primeira vez deputado em 1871, pelo círculo eleitoral da Covilhã, ligado à pequena facção política do Partido Constituinte, de José Dias Ferreira, com o patrocínio do seu amigo Manuel Vaz Preto (um cacique da Beira-Baixa). Esta facção viria a aliar-se aos regeneradores e avilistas e a apoiar um governo de Fontes Pereira de Melo em 1871. Chagas dirigiu periódicos como *O Diário da Manhã* (fundado em 1871) e *A Discussão* (1875, órgão daquele grupo político, que passaria a designar-se de *Diário da Manhã* em 1876). A primazia que deu a este cargo político – foi eleito sucessivamente deputado em 9 legislaturas – levou-o a deixar para trás a actividade docente. Mas desempenhou diversos outros cargos públicos de destaque, entre eles o de Par do Reino (1892), Presidente da Junta do Crédito Público (1893), secretário da Academia das Ciências, presidente da Associação dos Homens de Letras e Jornalistas de Lisboa e membro do Conselho Superior de Instrução Pública. Como compreender então o seu interesse em candidatar-se por diversas vezes a funções docentes no Curso Superior de Letras? Sem dúvida pelo capital simbólico que envolvia. A sua trajectória é aliás sintomática: à estreia literária como autor de poemas, dramaturgo e jornalista segue-se a estreia como deputado, e depois a promoção a ministro e Par do Reino. A relevância da retórica e dos dotes dos literatos em geral na promoção política foram aliás bem notados no seu tempo por Eça de Queiroz e Oliveira Martins.

Eça de Queiroz, no conhecido retrato que dele traça em 1880, vê-o como um brigadeiro tradicionalista do tempo de D.Maria I, antigo amigo de Pina Manique (brigadeiro era um oficial inferior). É numa polémica travada em 1880 a propósito de uma referência do romancista considerava o Império português do Oriente “um dos mais feios monumentos de ignomínia de todas as idades” (baseava-se na *História de Portugal* de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Oliveira Martins). Ao que Chagas contrapunha uma pertinente comparação com as práticas de outros povos colonizadores: ingleses e holandeses. Eça não se enganava numa profecia que sobre traçava sobre Pinheiro Chagas: este não tardaria a ser promovido na política. Mas a resposta deste último foi inesperada. Começava por um encómio que não poderia ser mais elogioso para com o seu crítico - “Como é admirável o seu talento e prodigiosa a sua imaginação!” – para logo lhe contrapor que, na sua *História de Portugal*, ele próprio Chagas, se referira largamente às “torpezas” praticadas pelos Portugueses no Oriente: as violências e crueldades praticadas pelos governadores das Molucas, por Vasco da Gama ou Afonso de Albuquerque. Eça não tinha lido a obra do seu adversário. E, mais do que isso, não tinha sentido de crítica histórica pois ignorava, a seu ver, que os homens *só se compreendem no quadro da civilização e dos critérios do tempo em que vivem* (Carta a Eça de Queiroz de 4-1-1881, *Polémica Eça de Queiroz-Pinheiro Chagas*, pp.72-74). Pinheiro Chagas recusava pois o anacronismo. A polémica prosseguiu em princípios de 1881, com notáveis passagens de ironia e humor, terminando – coisa rara em Portugal – num mútuo e bem disposto abraço que não anulava a distância em que se encontravam os dois polemistas. Para além de tudo isto ficavam dois conceitos de Pátria e de Patriotismo bem diversos: o de Pinheiro Chagas, nacionalista, retórico, enraizado no passado. O de Eça de Queiroz, dinâmico, crítico, mais voltado para o presente e o futuro.

Chagas concorreu ainda, sem sucesso, a dois concursos para a cadeira de Literatura Moderna (1865 e 1872). No de 1872, em que ficaria aprovado Teófilo Braga, apresentou uma tese intitulada *Desenvolvimento da Literatura Portuguesa* (Lisboa, 1872), em que contrariava a teoria da unidade étnica dos Portugueses sustentada por Teófilo. Enquanto este identificava essa base étnica com os moçárabes, Chagas falava da raça hispano-goda, neo-latina, que se teria constituído em diversas nacionalidades na Idade Média. A seu ver, a miscigenação dos portugueses com as “raças estrangeiras” tê-los-ia robustecido e aperfeiçoado (*Desenvolvimento da Literatura Portuguesa*, pp.12-13). Na sua resposta às objecções de Chagas em relação aos moçárabes, Teófilo reagiu contundente: “Não será um espectáculo triste estar discutindo com quem desconhece a alta probidade da ciência?”. E rejeitava a designação “raça hispano-romana” que aquele adoptara. A polémica ficaria por aqui. A posição crítica de Chagas em relação à teoria do moçarabismo andava afinal próxima da mais fundamentada posição de Antero e de Oliveira Martins.

Também Adolfo Coelho adoptava então publicamente uma posição favorável a Teófilo e vergastava Pinheiro Chagas em termos ásperos: “um tradutor de romances de Alexandre Dumas, um macaqueador de Octave Feuillet, um compilador sem crítica de uma coisa que a sociedade de elogio mútuo aplaudiu e a que houve por bem chamar História de Portugal, um autor de facécias de folhetim para fazer rir o leitor, uma nulidade perfeita (...) que se chama Pinheiro Chagas” (*A propósito da História da Literatura portuguesa de Teófilo Braga – carta do Autor*, 1872). Mais tarde, em 1888, na sequência da brutal agressão de que Chagas foi vítima à saída do parlamento (o seu agressor fora o anarquista Manuel Joaquim Pinto), o insuspeito Oliveira Martins teceria um retrato bem diverso do então redactor d’ *O Repórter*, situando-o “na primeira fila” das letras pátrias, reconhecendo como suas qualidades “o talento, o trabalho e a virtude”, conjunção que Martins considerava rara nesses tempos (“O atentado contra Pinheiro Chagas”, *O Repórter*, 8-2-1888, vol.I, p.181).

No campo historiográfico, a presença de Pinheiro Chagas exprimiu-se numa extensa e desigual obra, na



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

qual se destaca a *História de Portugal*, a primeira que traça uma perspectiva liberal e laica sobre o percurso histórico nacional até ao século XIX (na sua obra magna, Alexandre Herculano ficara-se pelo século XIII). A primeira edição veio à luz em fascículos em nome de uma suposta Sociedade de Homens de Letras em 1867 sob o título, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade*. O autor justificou este pseudónimo que seria alvo da ironia queiroziana invocando a sua intenção inicial de contratar outros colaboradores. Em múltiplas edições e resumos, esta obra contribuiria porém como poucas para a formação da consciência histórica das elites nacionais até ao aparecimento da História de Barcelos, dirigida por Damião Peres, a partir de 1928. Vitorino Magalhães Godinho não deixaria de a evocar (“volumosa mas jamais maçadora”) entre outras obras doutros autores no despertar do seu gosto pela história (“Palavras preliminares”, *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol.I, 1981, p.9).

Trata-se de uma longa e minuciosa narrativa histórica baseada em trabalhos de outros historiadores nacionais e estrangeiros: Ferdinand Denis, H. Schaefer, Prescott, Coelho da Rocha, Herculano, Rebelo da Silva e também em fontes diversas. Marcam-na traços fundamentais da narrativa liberal: teoria política e voluntarista da formação de Portugal, inspirada em Alexandre Herculano; rejeição de tradições míticas de fundação ainda muito comuns na primeira metade do século XIX – o milagre de Ourique e as Cortes de Lamego e, em parte, a escola de Sagres; adopção da tese da aliança da coroa com as classes populares contra as ordens privilegiadas; ausência de feudalismo em Portugal (como sustentara Herculano); valorização do municipalismo e da descentralização a par de um juízo muito crítico acerca do absolutismo, responsabilizando este último, a par da Inquisição e da Companhia de Jesus pela decadência. Em todos estes pontos, Pinheiro Chagas seguia de perto a filosofia da história de Alexandre Herculano, sem esquecer o seu providencialismo abstracto bem como a sua teoria relativa à função do indivíduo na história.

Já no que respeita ao juízo negativo sobre os monarcas da dinastia de Bragança (com excepção de D. Pedro V e de D. Luís), bem como à aliança luso-britânica desde o século XVII, o autor aproximava-se da crítica negativa que, a este respeito, viriam a desenvolver autores republicanos como Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso ou José de Arriaga. Neste sentido poderá dizer-se que, a par dos romances históricos de Camilo Castelo Branco e da *História de Portugal* de Oliveira Martins, Pinheiro Chagas contribuiu para forjar uma imagem negativa da dinastia reinante no Portugal constitucional e assim, involuntariamente, para a sua queda em 1910.

Por outro lado, há nas obras históricas de Chagas uma retórica enaltecadora dos grandes sucessos. Exemplo disso são as considerações que tece a propósito da morte de D. João I. E todavia, tal como o seu mestre Herculano, Chagas tinha consciência de que o patriotismo, ainda que “nobre paixão”, não deveria contaminar a história (*História de Portugal popular e ilustrada*, vol.I, pp.52-53). Num texto publicado ainda antes da polémica de 1880 com o futuro autor d’ *Os Maias*, demarcara-se dos excessos declamatórios de patriotismo (de que o acusara Eça de Queiroz) nos seguintes termos: “...sou o primeiro a sentir o ridículo de ocas declamações que a cada instante rememoramos, repetindo pela milésima vez generalidades vagas, as heroicidades do nosso passado. Mas justo é que digamos também que nenhum outro povo tem mais razão para protestar contra o iníquo esquecimento a que foi votado pelo estrangeiro” (“Descobrimientos dos Portugueses na África”, *Conferências...* p.95). Conseguiu Chagas evitar estas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

intromissões de amor da pátria na escrita da história? Decerto que não. Compreende-se que no quadro de um historicismo nacionalista visse no passado uma antecipação do seu tempo e do futuro de progresso que alemejava para Portugal. Que perfilhasse a teoria causalista em voga sobre a decadência da nação a partir do século XVI, baseando-se sobretudo em Herculano e Rebelo da Silva. E que ao invés de Antero de Quental nas suas célebres *Causas da decadência dos povos peninsulares* (1871), considerasse o enfraquecimento do “espírito guerreiro” medieval no Oriente como um factor de declínio.

O conceito de história de Chagas é eclético, entre uma intencionalidade pragmática de formação da consciência do cidadão no contexto do Estado liberal, o organicismo social, o providencialismo abstracto e um optimismo liberal comandado pelas virtualidades da liberdade e do progresso civilizacional unilinear. Neste sentido pode considerar-se bem representativo de uma concepção liberal de história que valoriza a acção dos grandes homens, sem todavia esquecer o condicionalismo social e uma vaga Providência, princípio de determinação e necessidade que coadjuva aquela acção. Veja-se como termina a sua *História de Portugal*: “As nações pequenas não podem já assinalar-se em empresas aventurosas: podem contudo caminhar na vanguarda do exército da *Civilização e do Trabalho*: e para isso é indispensável que tenham o *respeito da Ordem*, E, se neste mundo moderno, as nações pequenas não podem já ver brilhar nos seus horizontes o sol da Glória, podem ao menos ter sempre resplandecente no seu firmamento uma estrela, que servirá de norte aos outros povos, quando o resto da Europa está engolfada em trevas, porque essa estrela radiosa e serena chama-se *liberdade*” (*Idem*, vol.XII, p.636).

A obra esteve longe de encontrar uma recepção unânime. Num parecer dirigido à Academia das Ciências, Castilho teceu-lhe um rasgado elogio, considerando-a “um monumento”. Herculano, bem mais comedido, numa carta ao editor que acabou por ser publicada no *Diário Popular* em 1871, revelou a sua impressão positiva “num trabalho desta ordem o mais que se pode exigir é que não seja inferior às monografias que representam o resultado dos mais severos estudos sobre o assunto. Esta regra parece-me que foi seguida com escrúpulo” (*Cartas...*, vol.II, p.102). Já da parte dos mais novos, da geração de Chagas, a recepção esteve longe de ser favorável: Oliveira Martins viu nela uma “compilação” insuficiente como “escola de estudos históricos” (“Notas...”, *História de Portugal*, vol.II, p.328). E Eça de Queiroz escarneceu-a. No entanto, a narrativa do percurso nacional que Pinheiro Chagas construiu, e que bem pode considerar-se uma narrativa liberal canónica, teve larga audiência através da imprensa periódica e doutras obras de divulgação popular e didáctica da autoria do próprio autor, caso da *História alegre de Portugal* (1880) ou do *Resumo da História de Portugal*, que tanto sucesso editorial tiveram, este último adoptado já na I República (4ª ed., 1916).

Na extensa obra do Autor contam-se ainda romances históricos. Qual o seu conceito de romance histórico? Para ele, este género estava especialmente vocacionado para o estudo da fisionomia de uma época e das suas personalidades características, na multiplicidade de aspectos, caracteres e intenções que oferecem. Defendia uma certa pureza do género na sua fidelidade à verdade histórica, mas ao mesmo tempo reconhecia a necessidade da fantasia – mais fantasia do que no romance contemporâneo. Veja-se como exemplo, em *A corte de D.João V*, o olhar crítico que tece sobre o século XVIII, como tempo de depravação e frivolidade, vícios e hipocrisias.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Na imprensa periódica, Pinheiro Chagas defendeu a instrução popular, argumentou contra o iberismo (nomeadamente o livro de Fernandez de Los Rios), criticou o republicanismo e o socialismo. Para Chagas, o socialismo era uma utopia que obedecia ao princípio da autoridade e estava do lado do charlatanismo e do jesuitismo (*História da Revolução da Comuna de Paris*, p.5). Via no socialismo “um partido altamente nefasto e perigoso”, pois, a seu ver, opunha-se à liberdade e configurava um outro despotismo. Apontava como exemplos o facto de entre as *trade’s unions* britânicas o lema jesuítico segundo o qual os fins justificam os meios ser entre elas perfilhado; e de a Comuna de Paris ter suprimido as liberdades. Por outro lado, também não poupava a política autocrática de Napoleão III. Em nome dos seus princípios liberais e conservadores, denunciou todas as orientações que considerava despóticas. Daí o seu ataque às Conferências do Casino no parlamento, identificando de um modo indiferenciado as posições dos seus participantes com a propaganda republicana e socialista e esta com a reacção ultramontana (sessão de 6 de Setembro de 1871): “Todas as conferências estavam subordinadas a uma mesma intenção; um dos conferencistas aplaudia e exaltava o realismo (...) a arte posta ao serviço do socialismo; outro, falando acerca do ensino, como que via no ateísmo a conclusão lógica de todas as ciências humanas; outro, enfim, falando da decadência da Península nos últimos três séculos, decadência infelizmente bem evidente, apresentava com único remédio (...) a república socialista” (*As Conferências do Casino no parlamento*, ed. J.A. França, sessão parlamentar de 6-09-1871, p.168.). Chagas esquecia a diversidade de posições e até de gerações que se podiam encontrar entre os conferencistas do Casino Lisbonense (caso de Augusto Soromenho e de Eça de Queiroz). Considerava o socialismo um “partido altamente nefasto e perigoso”, vendo-o o como sinónimo de reacção, e opondo-lhe valores como liberdade e civilização. Mais do que isso, identificava a propaganda internacionalista com o iberismo – outra utopia que, a seu ver, punha em causa o conceito de pátria. Pinheiro Chagas instrumentalizava assim a ideia iberista para fins de combate político - o que aliás foi muito frequente na cultura política portuguesa – e também na construção da memória da nação. Adere à lenda negra de Filipe II e vê na restauração de 1640 um revolução em que o povo português derrubou o despotismo da dinastia filipina (e não um golpe palaciano, como na verdade foi).

Refira-se ainda o seu apoio a Fontes Pereira de Melo, que muito admirava - considerava-o o maior vulto político português da segunda metade do século XIX (“Fontes Pereira de Melo”, *O Ocidente*, vol.X, nº292, 1-02-1887, pp.26-27). Chegou a ser seu ministro da Marinha e Ultramar no seu último governo (1883-86), num tempo de decisiva disputa dos territórios africanos pelas potências europeias. Lembre-se que em 1884-85 decorreu a Conferência de Berlim onde ficaria definido um novo direito internacional na partilha do continente negro. Naquelas funções, Chagas pôs em prática uma política desenvolvimentista no sentido de alargar a colonização de Angola e Moçambique: durante o seu mandato iniciou-se a construção do caminho de ferro entre Luanda e Ambaca e entre Lorenço Marques e o Transval, a construção de pontes e comunicações telegráficas ou ainda a organização administrativa dos territórios (caso de Manica em Moçambique, território já disputado pelos ingleses). Exerceu ainda as funções de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, e de presidente da Junta do Crédito Público (1893-95).

Se a memória que prevaleceu de Pinheiro Chagas ficou sobretudo arreigada ao seu confronto com alguns dos mais dotados artistas do seu tempo, também é verdade que tal confronto levou a que a sua



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

imagem – que também ele afinal forjou - se reduzisse a essa dimensão. O que não deve fazer esquecer que muito contribuiu para a formação da consciência histórica de diversas gerações de portugueses que leram os seus trabalhos. O seu optimismo existencial, ligado a uma entranhada crença no progresso é porventura um dos melhores exemplos da consciência cívica do constitucionalismo monárquico no seu período áureo. Pode pois considerar-se o reverso da medalha de uma consciência crítica como foi Oliveira Martins. Ainda que o seu olhar sobre o Portugal da “decadência” não se afastasse tanto como se poderia pensar da visão destes seus adversários no combate político. Pinheiro Chagas foi sócio e secretário-geral da Academia das Ciências e presidente da Associação dos Homens de Letras e Jornalistas de Lisboa.

Bibliografia activa: CHAGAS, Manuel Pinheiro, *A corte de D.João V*, Lisboa, Liv. A. Pereira, 1867; *Novos ensaios críticos* Porto : Viúva Maré, 1867; *Desenvolvimento da Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1872, *História da Revolução da Comuna de Paris*, Lisboa, J.A. Vieira Paré, s.d., *Portugueses ilustres*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Férin, 1873 (1869); *O drama do povo*, Porto, Francisco da Silva Mengo, 1876; *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade, escrita segundo o plano de Ferdinand Denis por uma Sociedade de Homens de Letras*, 8 vols. Lisboa, Tip. Franco-Portuguesa, s.d. [1867-1874] (2ª ed.[1881-1887?]) e 3ª ed., 14 vols. 1899-1909, continuada por Barbosa Colen, Marques Gomes e Alfredo Gallis: vols.IX a XIV, 1904-1909); “Descobrimientos dos Portugueses na África”, *Conferências celebradas na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos descobrimientos e colonizações dos Portugueses na África*, Lisboa, 1877; *História alegre de Portugal*, Lisboa, Discolivro, 1984 (1ª ed., 1880); *As colónias portuguesas no século XIX*, Lisboa, Liv. A.M. Pereira, 1891; *Os descobrimientos portugueses e os de Colombo*, Lisboa, Tip. da Academia Real das Ciências, 1892, *Dicionário popular histórico, geográfico, mitológico, biográfico, artístico, bibliográfico e literário* (dir. de) por Lisboa, Lallement Freres, 1876-1886; FERREIRA, Alberto, *Bom Senso e Bom Gosto, Questão Coimbrã*, vol.I, Lisboa, s.d.

Bibliografia passiva: COELHO, Adolfo, *A propósito da História da Literatura portuguesa de Teófilo Braga – carta do Autor*, Porto, 1872, COUVANEIRO; João Frazão, *Professores do Curso Superior de Letras* (texto policopiado), Lisboa, 2008; FRANÇA, José Augusto (Ed.), *As Conferências do Casino no parlamento*, Lisboa, L.Horizonte, 1973 (reproduz intervenção de Chagas na sessão parlamentar de 6-09-1871); MARINHO, Maria de Fátima, *O romance histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 1999, pp.86-90; MARTINS, J.P. Oliveira, “Notas sobre a historiografia em Portugal”, *História de Portugal*, Vol.II, Lisboa, PAMP, s.d. (1ª ed. 1879), p.328; Id., “Pinheiro Chagas restituído à cena do mundo”, *O Repórter* (14-03-1888), vol.I, Lisboa, 1957, p.296, MATOS, A. Campos, *Polémica Eça de Queiroz-Pinheiro Chagas*, Lisboa, PAMP, 2001; MATOS, Sérgio Campos, “Manuel Pinheiro Chagas”, *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (dir. de João Medina), vol.IX, Alfragide, Ediclube, 1993, pp.140-143; Id., *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998; SERRA, João B., “Chagas, Manuel Pinheiro”, *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)* (coord.. de M.Filomena Mónica), vol.I, Lisboa, 2004, p.781.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA